



A Experiência do DOCTV nas Políticas Públicas Contemporâneas¹

Verena Carla Pereira²
UNICAMP

Resumo

Este trabalho tem como objetivo apresentar dados sobre o Programa de Fomento à Produção e Teledifusão do Documentário Brasileiro, o DOCTV, que apresenta-se, atualmente, como o principal instrumento de produção de documentários no Brasil, contando com recursos significativos repassados pelo Estado. A primeira edição do Programa ocorreu em 2003, quando foi firmado o convênio entre o Ministério da Cultura (Minc) – através da Secretaria do Audiovisual (SAV) – a Fundação Padre Anchieta (FPA) / TV Cultura e a Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (ABEPEC).

Palavras – chave

Documentário; DOCTV; Políticas Públicas; Cinema; TV Pública

Corpo do trabalho

O DOCTV se insere no contexto da tradição cinematográfica brasileira, na qual a produção está geralmente vinculada ao fomento do Estado. Os principais objetivos do Programa são:

- 1) Promover a regionalização da produção de documentários;
- 2) Articular um circuito nacional de teledifusão através da Rede Pública de TV;
- 3) Propôr um modelo de negócio que viabilize mercados regionais para o documentário;
- 4) Incentivar a parceria de produtores independentes com as TVs públicas;
- 5) Valorizar e promover a diversidade cultural brasileira ampliando o conhecimento das diferentes expressões regionais em todos os estados;
- 6) Dar oportunidade a um maior número de realizadores ao apresentar os talentos locais a outros estados brasileiros, gerando uma descentralização da produção do eixo Rio – São Paulo;
- 7) Criar núcleos de realizadores e produtores independentes nos estados.

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho, na Divisão Temática de Comunicação Audiovisual, do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste.

² Formada em Comunicação Social com Habilitação em Midialogia, atualmente é aluna de mestrado do Programa de Pós Graduação em Mídias da UNICAMP, no qual desenvolve a pesquisa “Produção Documentária Estatal no DOCTV”, orientada pelo Prof^o Dr. Fernão Pessoa Ramos e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).



Diante de seus objetivos podemos centralizar as propostas do DOCTV em duas vertentes, sendo a primeira a descentralização da produção. Ao viabilizar a realização dos documentários em todos os estados brasileiros – a partir da segunda edição – o DOCTV dá, aos realizadores oriundos de estados com menor estrutura, a oportunidade de produzirem seus filmes, descentralizando assim a produção do eixo Rio – São Paulo. A segunda vertente é guiada pela valorização das manifestações culturais de cada estado. Os projetos selecionados para o Programa devem valorizar e promover a diversidade cultural brasileira ampliando o conhecimento das diferentes expressões regionais em todos os estados. Assim busca-se a afirmação da cultura nacional, antiga tradição no cenário brasileiro. Ambas as vertentes ratificam as finalidades propostas pelo Fundo Nacional de Cultura (FNC), mecanismo estatal junto ao qual o DOCTV articula parte de seus recursos financeiros. O FNC apresenta em seu texto conceitos como regionalização, valorização dos conteúdos locais, difusão das manifestações culturais, distribuição de recursos, entre outros. Dessa forma, fica claro o diálogo que o DOCTV estabelece com seu aparato de fomento, ao estabelecer em seus objetivos propostas similares às estabelecidas nos texto de sua lei regulamentadora.

Neste texto, iremos nos ater à produção do DOCTV até 2006, ou seja, às suas três primeiras edições brasileiras. Nesse conjunto, foram realizados 115 documentários (convênio nacional e Carteiras Especiais), gerando 3.080 horas de programação e recebendo 2.310 inscrições. Esse número é altamente significativo se comparado às 210 inscrições que o Minc recebeu em 2001 antes da criação do DOCTV. Da primeira edição do Programa, participaram 19 estados brasileiros mais o Distrito Federal. Foram produzidos 26 documentários. Das duas edições seguintes, todos os estados brasileiros participaram. Cada uma produziu 35 documentários. Assim, nessas três edições, foram produzidos 96 documentários pelo convênio nacional do DOCTV.

Como já citado, parte dos recursos financeiros para a produção do DOCTV foi articulada junto ao FNC. A outra parte da verba é articulada junto às TVs públicas participantes e às Secretarias Estaduais de Cultura. Assim, o número de documentários produzidos em cada Carteira Estadual do DOCTV depende dos seguintes dados: capacidade de investimentos da SAV/Minc – responsável por 80% da verba destinada à realização do filme – e da capacidade de contrapartida de cada TV pública – responsável pelo aporte de 20% do valor de cada documentário, que pode ser repassado em recursos financeiros ou insumos de produção.



Para a coordenação do Programa foi criada, na TV Cultura de São Paulo, uma instância de Coordenação Executiva, que também estruturou a Rede DOCTV, isto é, a rede de TVs que realizam a teledifusão do Programa. O investimento na gestão do Programa DOCTV – realizada pela Coordenação Executiva – é de responsabilidade do Minc. A soma dos investimentos nas três edições nacionais do Programa é de 22.846.000 reais.

Visando à regionalização da programação no campo público de televisão, foram estabelecidas parcerias entre as TVs públicas e as seções estaduais da Associação Brasileira de Documentaristas (ABD) nas 27 unidades federativas, fato que gerou a implantação de Pólos Estaduais de Produção e Teledifusão. Assim, além da verba para a produção do filme, os selecionados pelos Concursos Estaduais do DOCTV também têm a garantia de teledifusão de seus documentários em faixa de programação nacional, pelas TVs públicas participantes da Rede DOCTV.

Unindo os objetivos e as ações do Programa, foi criado um plano de trabalho do DOCTV. Tal plano de trabalho consiste:

“na implantação de pólos estaduais de produção e teledifusão de documentários; na realização de oficinas de planejamento executivo oferecidas aos gestores dos pólos estaduais; na descentralização de recursos públicos por meio da realização de concursos estaduais para seleção de projetos; na realização de oficinas de formação associando a política pública ao debate estético do documentário; na produção de documentários em associação a produtoras e TVs públicas locais, estimulando a profissionalização do setor e a articulação de mercados regionais para o documentário; na distribuição desse conteúdo para todo o território nacional, por meio de geração via satélite, garantindo espaços às expressões regionais; e na exibição dos documentários pela programação em circuito nacional de teledifusão.” (Balanço DOCTV)

Ações de Formação

A partir da segunda edição, foi implementado pela Coordenação do DOCTV um pacote de medidas que visava à melhoria do Programa e ao auxílio aos documentaristas para a realização de seus filmes. Tal pacote, criado após a avaliação da primeira edição, recebeu o nome de Ações de Formação³. Aderindo ao termo, iremos apresentar quais os desdobramentos gerados a partir da implantação desse pacote.

As medidas estabelecidas foram: aperfeiçoamento do Regulamento dos Concursos DOCTV e das condições de trabalho das Comissões Estaduais de Seleção;

³ Cabe ressaltar que o nome dado a esse pacote de medidas não se refere apenas às ações ligadas ao auxílio aos documentaristas, mas sim a todas as medidas de melhoria empreendidas a partir do DOCTV II.



introdução de Oficinas Estaduais para Formatação de Projetos e de seu Manual Didático; realização da Oficina para Desenvolvimento de Projetos e a continuidade de seu debate nos Relatórios de Produção dos documentários; Seminário DOCTV; e a consolidação de toda a experiência das Ações de Formação no projeto de publicação dos Cadernos DOCTV.

Na avaliação da primeira edição do Programa, notou-se que:

“o DOCTV não havia conseguido superar a armadilha da diversidade temática, igualando-se a uma série de concursos que elegem “o melhor tema” e não a melhor proposta de relação com o tema, amadurecimento desejado aos Concursos DOCTV” (Balanço DOCTV).

O trecho acima explicita a necessidade de reformulação do Regulamento dos Concursos Estaduais. Na terceira edição do Programa, o termo “visão original” é inserido na Orientação Inicial do Regulamento do Concurso, mostrando que a preocupação da Coordenação em buscar uma maior diversidade temática passa a existir de forma oficial. Essas modificações buscam provocar, nos autores, reflexões que ampliem as possibilidades temáticas e de linguagem. Além da modificação no texto da Orientação Inicial, o Regulamento do Programa também evoluiu quanto aos quesitos de apresentação do projeto de documentário. A terceira edição do Programa deixa de exigir um roteiro pré-estabelecido e passa a pedir uma sugestão de estrutura do filme. Tal modificação implantada pelo DOCTV destaca o Programa dentro dos atuais editais de fomento ao documentário, os quais, em sua maioria exigem a apresentação de um roteiro na inscrição. Defendemos a idéia de que o documentário lida com a presença da indeterminação na tomada e assim deve trabalhar com roteiros abertos ou sugestões de estrutura do filme, como a requisitada no Regulamento do DOCTV.

Como dissemos, dentro das medidas inseridas no pacote Ações de Formação está o aperfeiçoamento do processo de seleção dos projetos inscritos. As Comissões de Seleção são formadas nos Pólos Estaduais e compostas por cinco jurados, indicados pela seção estadual da ABD, pela Secretaria Estadual de Cultura, pela Coordenação Nacional do DOCTV e pela SAV/Minc. No âmbito nacional, tais comissões resultam em um corpo de 135 profissionais a cada edição do Programa. A Sociedade Brasileira de Estudos de Cinema (SOCINE) e o Fórum Brasileiro de Ensino de Cinema e Audiovisual (FORCINE) se associaram à terceira edição do DOCTV para a indicação dos representantes da Coordenação Nacional do Programa e da SAV nas 27 comissões estaduais de seleção. No total das três edições do DOCTV foram investidos 85.000 reais



na remuneração das comissões de seleção, sendo que o valor pago por cada projeto avaliado era de 10 reais.

Após a assinatura do contrato de co-produção e o depósito da primeira parcela dos recursos financeiros, o projeto de documentário selecionado tem obrigatoriamente de ser concluído no prazo de 150 dias. Cabe ressaltar que, com a implantação das Oficinas – das quais trataremos em seguida – surgiu uma sistemática de acompanhamento do processo de produção dos documentários pela Coordenação Executiva do DOCTV, fato que auxilia na liberação das verbas do Contrato de Co-Produção. As verbas são disponibilizadas em quatro parcelas:

- 20% na assinatura do contrato;
- 40% no início da etapa de filmagem;
- 30% no início da etapa de edição;
- 10% na conclusão da etapa de finalização.

Em entrevista realizada com alguns realizadores do DOCTV, para a pesquisa de mestrado da qual esse trabalho se origina, surgiram diversas controvérsias quanto ao funcionamento desse parcelamento. Foram citados atrasos na liberação das verbas por parte da Coordenação do Programa, bem como casos de dificuldade no trabalho com as empresas produtoras indicadas, que em alguns casos administraram mal a verba concedida.

Destacamos agora a implantação das Oficinas, medida que consideramos a de maior importância dentre as criadas pelo pacote Ações de Formação. Essas oficinas visam a aproximar o debate estético do documentário, ao criar encontros entre expoentes do documentário brasileiro e os autores proponentes do DOCTV. A primeira oficina da qual iremos tratar é a Oficina para Formatação de Projetos, implementada a partir da segunda edição do DOCTV para atender ao pedido dos Pólos Estaduais. Elas são realizadas de acordo com a garantia do Pólo Estadual em oferecer a infra-estrutura necessária para sua viabilidade. Contando com o apoio do Centro Técnico Audiovisual da SAV, as Oficinas ocorrem através de aulas expositivas com experientes documentaristas e pesquisadores, que levantam a discussão em torno da formatação dos projetos enfatizando o pensamento estético sobre o documentário. Além da orientação dos documentaristas e pesquisadores, as Oficinas de Formatação de Projetos também contam com um material didático que auxilia os documentaristas ao apresentar de forma detalhada as formas de preenchimento dos formulários requisitados na inscrição, além



de exibir os projetos de alguns documentários selecionados em edições anteriores do Programa. Além das Oficinas de Formatação de Projetos, também a partir do DOCTV II foi criada a Oficina para Desenvolvimento de Projetos. Nela os autores dos projetos de documentários selecionados se reúnem com cinco expoentes do documentário brasileiro e debatem seus projetos tendo a oportunidade de aperfeiçoar suas propostas de documentários.

A última medida das Ações de Formação que discutiremos é a iniciativa da promoção do Seminário DOCTV. Realizado entre os dias 3 de abril e 5 de maio de 2006, no Cineusp Paulo Emilio em São Paulo e na PUC-Rio no Rio de Janeiro, o Seminário contou com a exibição de 20 documentários, selecionados entre os 65 produzidos nas duas primeiras edições do Programa. Além disso, foram constituídas seis mesas de debate que contaram com a participação de Eduardo Coutinho, Jean-Claude Bernardet, Giba Assis Brasil, Leandro Saraiva, Nelson Hoineff, Newton Canito, Eduardo Scorel, João Salles, Stella Senra e Cláudia Mesquita. Foram debatidos temas importantes do documentário brasileiro contemporâneo, como a forte presença da entrevista como estratégia de abordagem da realidade; o diálogo entre os documentários e os meios audiovisuais predominantes, como a televisão; os dilemas estéticos, éticos e profissionais dos realizadores de documentário contemporâneo; a complexidade da relação documentarista versus personagem real; e as novas estratégias de abordagem da realidade.

Modelo de Negócio

Para a criação de um mercado para o documentário brasileiro através do DOCTV, foi implantado um Modelo de Negócio que engloba quatro ações: Sistemática de Co-produção e Teledifusão, Distribuição Nacional e Internacional, Carteira Especial e Publicidade Institucional. Seguindo a ideologia de descentralização do processo, no Modelo de Negócio também foram idealizadas ações junto aos Pólos Estaduais, visando a que esses gerem receitas a partir da comercialização de seus espaços de mídia e estabeleçam relações permanentes, criando nichos de mercado.

A Sistemática de Co-produção e Teledifusão se baseia na associação entre o Governo Federal e os 27 Governos Estaduais, aos quais as TVs públicas estão ligadas, de forma a articular recursos financeiros dessas duas esferas para a produção dos documentários. Através das Oficinas de Planejamento Estratégico, que reúnem os



gestores dos Pólos, é aprovado o Roteiro Executivo do Programa DOCTV. Por meio da Coordenação Executiva do Programa é estruturada a Rede DOCTV e são gerenciados os Pólos Estaduais, garantindo a execução do plano de trabalho nos estados.

A partir de 2003, o Minc passou a desenvolver ações voltadas para a televisão aberta e para televisão pública. Tais ações eram norteadas pela criação e aplicação de novos modelos de negócios que se adequassem melhor ao cenário audiovisual do período. As ações desenvolvidas em parceria com a TV pública criaram políticas de fomento à produção independente nas diversas regiões do país, integrada à teledifusão nacional em rede. Dentro desse contexto foram articuladas redes de divulgação de algumas ações, como o DOCTV Nacional. Através da implantação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), operadora da TV Brasil, foi possível montar as bases de uma rede pública de TV envolvendo todos os Estados.

A implantação dos Pólos Estaduais exige a parceria entre a TV pública e uma representação estadual da produção independente. A adesão da TV pública à Rede DOCTV implica: fornecimento de infra-estrutura para a realização do concurso; supervisão operacional dos processos de Co-produção e Teledifusão; garantia de exibição dos documentários produzidos; aporte da contrapartida na verba para produção dos documentários selecionados no estado. O aporte de responsabilidade da TV pública pode ser concretizado por recursos financeiros e/ou fornecimento de equipamentos de captação em sistema Betacam analógico ou digital, ou DVCAM (ou similar) e ilha de edição não-linear, ou outros insumos de produção. A forma como é feito tal aporte é definida pela emissora com base nas exigências técnicas do projeto. Cabe à Coordenação do DOCTV arbitrar em casos de questionamento sobre a viabilidade técnica da forma de aporte definida pela emissora. A possibilidade dada à TV de liberar tal aporte sob a forma de equipamentos ou infra-estrutura para realização do documentário gerou crítica de alguns realizadores, que manifestaram insatisfação ao se depararem com algumas TVs que possuíam equipamentos obsoletos e mal conservados.

“A composição da contrapartida ao Contrato de Co-produção pelas TVs públicas em cada estado implica muitas vezes o estabelecimento de parcerias locais junto à administração pública ou iniciativa privada, que ampliam a base de apoio institucional ao DOCTV no estado.” (Balanço DOCTV).

Para a Teledifusão o investimento é de responsabilidade da TV pública, que deve mobilizar janelas de exibição para estréia e reprise dos documentários produzidos pelo Programa. Além disso, a TV pública também deve arcar com uma massa de mídia relativa à divulgação dos Concursos Estaduais, das estréias e reprises.



A distribuição do conteúdo do DOCTV nacionalmente ocorre através de duas ações: licenciamento e *home-video*. O licenciamento atende demandas da Rede DOCTV e da produção independente, através do desenvolvimento de projetos junto a empresas e instituições, fato que cria maior demanda dos documentários produzidos. A TV Cultura/FPA, através da Cultura Marcas, desenvolveu junto à Coordenação Executiva do Programa a sistemática de distribuição do conteúdo DOCTV. A receita gerada pela venda dos títulos é distribuída da seguinte forma, segundo os Contratos de Co-produção das três primeiras edições nacionais do Programa⁴:

- 12,5% para o autor;
- 12,5% para a produtora responsável;
- 20% para a TV pública local;
- 55% para o Fundo DOCTV.

Essa divisão dos direitos patrimoniais causou queixas nas três primeiras edições do Programa. Muitos realizadores a julgavam injusta e reclamavam da dificuldade de comercialização de seus filmes diante da necessidade de se entrar em consenso com as diversas instâncias que detém os direitos sobre o filme. A verba relativa ao Fundo DOCTV é reinvestida em ações do próprio Programa, visando à auto-sustentabilidade.

A distribuição do conteúdo DOCTV em *home-video* é realizada pela Coordenação do DOCTV, junto à Cultura Marcas e a Editora e Distribuidora Log On. A distribuição nacional em *home-video* é realizada através da venda *on demand* via internet (site da Cultura Marcas) e da distribuição em pontos de venda. Além disso, foram distribuídos, em alguns desses pontos de venda, os *packs* “Novos Olhares” e “Cultura Brasileira”, cada um com três DVDs. Os eventos de lançamento das séries DOCTV também auxiliam na promoção do produto.

A distribuição internacional ocorre através da convergência do DOCTV Brasil com o *Brazilian TV Producers*, um programa da SAV/Minc junto ao Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), através da Agência de Promoção à Exportação do Produto Brasileiro (APEX), do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Televisão (ABPITV). Esse programa cria pontes entre o produto

⁴ Na quarta edição do Programa a divisão passou a ser igualitária: 25% para o autor, 25% para empresa produtora, 25% para a TV pública e 25% para o Fundo DOCTV.



independente brasileiro e o circuito de feiras internacionais do mercado mundial de televisão.

A partir da segunda edição do DOCTV surge a iniciativa de Carteiras Especiais, formadas através da articulação de recursos financeiros pelos pólos estaduais junto à iniciativa privada e administrações públicas. Assim, os Concursos Estaduais podem selecionar mais projetos de documentários do que a edição nacional já garante. A instituição/empresa associada tem como garantida a visibilidade de sua marca na programação da TV pública participante da Rede DOCTV. No Modelo de Negócio do DOCTV, a Carteira Especial é uma avançada ação para articular novos recursos para a produção de mais documentários. Executada dentro do mesmo modelo de gestão do DOCTV, a Carteira Especial constitui-se, contudo, numa iniciativa de autonomia local. A partir da decisão política de um Pólo Estadual de organizar tal iniciativa, é elaborado um projeto que será analisado pelos parceiros potenciais no mercado local, iniciando-se, assim, as negociações.

O investimento atraído pelas Carteiras Especiais no DOCTV II e III foi de 1.900.000 reais, sendo de 500.000 reais no DOCTV II e 1.400.000 reais no DOCTV III. Na segunda edição do DOCTV foram produzidos 5 documentários pelas Carteiras Especiais. Já na terceira edição, foram produzidos 14 documentários. Dessa forma, chegou-se ao total de 115 documentários produzidos nas três primeiras edições do DOCTV.

A Publicidade Institucional do DOCTV ocorre em dois momentos principais: com as chamadas de divulgação do lançamento dos Concursos Estaduais e com as vinhetas de abertura e fechamento, chamadas de divulgação e filmes publicitários atrelados ao lançamento e teledifusão, durante 35 semanas, das séries de documentários do DOCTV. A receita necessária para o financiamento de novas edições do Programa é também gerada pelos investimentos dos patrocinadores. Assim, buscando a auto-sustentabilidade – além da comercialização dos títulos – o Programa DOCTV comercializa 4 cotas de patrocínio nacional e 4 cotas de patrocínio estadual:

“A auto-sustentabilidade do Programa DOCTV tem por base a comercialização de mídia, que consiste no patrocínio, a título de apoio cultural, por meio da Publicidade Institucional associada diretamente à teledifusão da programação DOCTV nas TVs públicas participantes da Rede DOCTV.” (Balanço DOCTV).

Ao longo desses seis anos de realização do DOCTV notamos que o Programa tem evoluído. Criado dentro do pacote de políticas públicas contemporâneas é hoje o



maior Programa de produção de documentários do país. A preocupação em discutir necessidades e buscar saídas para os problemas apresentados pelo documentário contemporâneo é um fator que agrega muito à qualidade do DOCTV. A construção de uma estrutura em torno do DOCTV garante a ele a possibilidade de uma futura auto-sustentabilidade. O Programa tornou-se, assim, modelo de proposta bem sucedida para países da América Latina, que criaram seus correspondentes nacionais.

Referências bibliográficas

- BARNOUW, E. *Documentary – a history of the non-fiction film*. Oxford University Press; Oxford: 1993.
- BARSAM, R. *Nonfiction Film Theory and Criticism*. Dutton, E.P: 1975.
- BERNARDET, J. C. *Cineastas e Imagens do Povo*. Ed. Brasiliense; São Paulo: 1985.
- _____. *Cinema Brasileiro: Propostas para uma História*. Paz e Terra; Rio de Janeiro: 1979.
- _____. *Brasil em Tempo de Cinema – Ensaios sobre o Cinema Brasileiro*. Paz e Terra; Rio de Janeiro: 1978.
- CARROLL, N. “Ficção, Não Ficção e o cinema da asserção pressuposta: uma análise conceitual” in RAMOS, F. P. *Teoria Contemporânea do Cinema - Documentário e Narratividade Ficcional*. SENAC, São Paulo: 2005.
- GONÇALVES, G. S. “Panorama do documentário no Brasil” in DOC Online (www.doc.ubi.pt)
- JACOBS, L. *The Documentary Tradition*. Norton & Company; Londres: 1979.
- NICHOLS, B. *Introdução ao Documentário*. Ed. Papyrus; Campinas: 2005.
- _____. *Representing Reality*. Indiana University Press; Indianópolis: 1991.
- _____. “A Voz do Documentário” in RAMOS, F. P. *Teoria Contemporânea do Cinema - Documentário e Narratividade Ficcional*. SENAC, São Paulo: 2005.
- RAMOS, F. “O que é Documentário” in Ramos, F. *et al Estudos de Cinema 2000 – SOCINE*. Ed. Sulinas; Porto Alegre: 2001.
- _____. *Mas afinal... o que é mesmo documentário?*. Ed. SENAC; São Paulo: 2008.
- _____. “Humberto Mauro” in Paranaguá, P. A. *Cine Documental em América Latina*. Ed. Cátedra; Madrid: 2003.
- _____. e MIRANDA, L. F. (orgs) “Documentário Mudo”, “Documentário Sonoro” e “Embrafilme” in *Enciclopédia do Cinema Brasileiro*. Ed. Senac; São Paulo: 2003.
- TEIXEIRA, F. E. (org) *Documentário no Brasil – tradição e transformação*. Ed. Summus; São Paulo: 2004.



Site oficial do DOCTV: <http://www.tvcultura.com.br/doctv>

Site do Minc: <http://www.cultura.gov.br>

Site da Associação Brasileira de TVs Públicas, Educativas e Culturais (ABEPEC):
<http://www.abepec.com.br>

Site da Associação Brasileira dos Documentaristas (ABD): <http://www.abdnacional.org.br>

Sites das TVs públicas e educativas participantes da Rede DOCTV:

TVU RR	http://www.ufrn.br
FUNDECAP	http://www.amapa.gov.br
TVC AM	http://www.doctvamazonas.ubbihp.com.br
TVC PA	http://www.portalcultura.com.br
TV PALMAS	http://www.redesat-to.com.br
TV ALDEIA	http://www.ac.gov.br
Fundação Iaripuna	http://www.portovelho.ro.gov.br
TVE MA	http://www.redebrasil.tv.br
TV Antares	http://www.pi.gov.br
TV Ceará	http://www.tvceara.ce.gov.br
TVU RN	http://www.tvu.ufrn.br
TVU PB	http://www.ufpb.br
TVU PE	http://www.ufpe.br/tvu
IZP	http://www.tveducativa-al.com.br
TV Aperipê	http://www.aperipe.com.br
TVE BA	http://www.irdeb.ba.gov.br
Radiobrás	http://www.radiobras.gov.br
TV Brasil Central	http://www.agecom.go.gov.br
TV Mais MT	http://www.amav.org.br / www.unic.br
TVE Regional MS	http://www.tveregional.com.br/index
Rede Minas	http://www.redeminas.mg.gov.br
TVE ES	http://www.es.gov.br
TVE Brasil	http://www.redebrasil.tv.br
TV Cultura	http://www.tvcultura.com.br
TVE PR	http://www.pr.gov.br/rtve
TVC SC	http://www.tvcultura.ufsc.br
TVE RS	http://www.tve.com.br